



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE GESTÃO ESTRATÉGICA - UGE/SAD/CGPRE/DICOR/PF

MINUTA DE TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08285.004585/2021-32

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos táticos através da modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO INTERNACIONAL**, do tipo **menor preço**, visando atender as necessidades da Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Drogas e Facções Criminosas - CGPRE/DICOR/PF e demais Delegacias de Repressão ao Tráfico de Entorpecentes da Polícia Federal, e Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo/ES, e eventuais órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1.2. Órgão Gerenciador: **Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Drogas e Facções Criminosas (pela UASG 200352) e Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo (UASG 200352).**

Item	Descrição	Qtde	Unidade	CATMAT	Valor unitário máximo Aceitável (R\$)
1	LUVA TÁTICA	706	Unidade	481392	621,33
2	BOTA TÁTICA	706	Unidade	452758	440,19
3	COLDRE P/ PISTOLA GLOCK G17/G19	706	Unidade	150170	356,33
4	LANTERNA TÁTICA PARA PISTOLA GLOCK G17 / G19	159	Unidade	244495	1.076,66
5	LANTERNA TÁTICA PARA PISTOLA GLOCK G17 / G19 - Cota Reservada de até 25% LC 123/2006 ref. Item 7	53	Unidade	244495	1.076,66
6	CINTO TÁTICO	706	Unidade	382962	248,84
7	BONÉ MULTICAM	706	Unidade	333160	89,08
8	BOLSO MODULAR	212	Unidade	447850	109,33
9	CINTO TÁTICO DE BATALHA PARA SUPORTE DE COLDRE	212	Unidade	382962	171,00
10	PORTA CARREGADOR PARA FUZIL 5.56 RELOAD	212	Unidade	476991	119,33
11	PORTA CARREGADOR PARA PISTOLA 9mm RELOAD	706	Unidade	476992	94,61
12	CAPA P/ PLATE - TIPO PLATE CARRIER	212	Unidade	473739	1.213,84
13	MOCHILA PARA VIAGEM	706	Unidade	474841	2.516,58
14	MOCHILA PARA USO DIÁRIO	212	Unidade	474841	854,13
15	CASE RÍGIDO PARA ARMAS LONGAS	166	Unidade	474841	1.713,83
16	CASE RÍGIDO PARA ARMAS LONGAS - Cota Reservada de até 25% LC 123/2006 ref. Item 22	46	Unidade	474841	1.713,83
17	DROUP POUCH	212	Unidade	447850	81,00
18	BANDELEIRA	212	Unidade	463059	98,42
19	LANTERNA TÁTICA PARA FUZIL	162	Unidade	244495	1.521,52
20	LANTERNA TÁTICA PARA FUZIL - Cota Reservada de até 25% LC 123/2006 ref. Item 26	50	Unidade	244495	1.521,52
21	CORTADOR P/ ALGEMA DESCARTÁVEL	212	Unidade	250081	119,87
22	CASE RÍGIDO P/ TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS SENSÍVEIS	200	Unidade	474841	5.896,89
23	CASE RÍGIDO P/ TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS SENSÍVEIS - Cota Reservada de até 25% LC 123/2006 ref. Item 29	12	Unidade	474841	5.896,89
24	TRIPE	212	Unidade	482131	270,00
25	KITS PARA ENTRADA / ARROMBAMENTO	63	Unidade	284164	6.990,00
26	KITS PARA ENTRADA / ARROMBAMENTO - Cota Reservada de até 25% LC 123/2006 ref. Item 32	11	Unidade	284164	6.990,00
27	CAMA DE FAQUIR (BARREIRA ANTI-FUGA)	63	Unidade	461382	1.309,67
28	CAMA DE FAQUIR (BARREIRA ANTI-FUGA) - Cota Reservada de até 25% LC 123/2006 ref. Item 34	11	Unidade	461382	1.309,67
29	RASTREADOR SATELITAL	125	Unidade	102695	3.422,64
					VALOR TOTAL

1.3. Unidade Participante: Coordenação de Administração UASG 200334

Item	Descrição	Qtde	Unidade
1	LUVA TÁTICA	524	Unidade
2	BOTA TÁTICA	524	Unidade
3	COLDRE P/ PISTOLA GLOCK G17/G19	524	Unidade
4	LANTERNA TÁTICA PARA PISTOLA GLOCK G17 / G19	158	Unidade
6	CINTO TÁTICO	524	Unidade
7	BONÉ MULTICAM	524	Unidade
8	BOLSO MODULAR	158	Unidade
9	CINTO TÁTICO DE BATALHA PARA SUPORTE DE COLDRE	158	Unidade
10	PORTA CARREGADOR PARA FUZIL 5.56 RELOAD	158	Unidade
11	PORTA CARREGADOR PARA PISTOLA 9mm RELOAD	524	Unidade
12	CAPA P/ PLATE - TIPO PLATE CARRIER	158	Unidade
13	MOCHILA PARA VIAGEM	524	Unidade

14	MOCHILA PARA USO DIÁRIO	158	U
15	CASE RÍGIDO PARA ARMAS LONGAS	158	U
17	DROUP POUCH	158	U
18	BANDOLEIRA	158	U
19	LANTERNA TÁTICA PARA FUZIL	158	U
21	CORTADOR P/ ALGEMA DESCARTÁVEL	158	U
22	CASE RÍGIDO P/ TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS SENSÍVEIS	158	U
24	TRIPE	158	U
25	KITS PARA ENTRADA / ARROMBAMENTO	55	U
27	CAMA DE FAQUIR (BARREIRA ANTI-FUGA)	55	U

1.4 Unidade Participante: Superintendência Reg. Dep. Polícia Federal em Manaus UASG 200382

Item	Descrição	Qtde	U
1	LUVA TÁTICA	12	U
2	BOTA TÁTICA	12	U
3	COLDRE P/ PISTOLA GLOCK G17/G19	12	U
4	LANTERNA TÁTICA PARA PISTOLA GLOCK G17 / G19	12	U
6	CINTO TÁTICO	12	U
7	BONÉ MULTICAM	12	U
8	BOLSO MODULAR	24	U
9	CINTO TÁTICO DE BATALHA PARA SUPORTE DE COLDRE	12	U
10	PORTA CARREGADOR PARA FUZIL 5.56 RELOAD	24	U
11	PORTA CARREGADOR PARA PISTOLA 9mm RELOAD	24	U
12	CAPA P/ PLATE - TIPO PLATE CARRIER	12	U
13	MOCHILA PARA VIAGEM	12	U
14	MOCHILA PARA USO DIÁRIO	12	U
15	CASE RÍGIDO PARA ARMAS LONGAS	12	U
17	DROUP POUCH	12	U
18	BANDOLEIRA	12	U
19	LANTERNA TÁTICA PARA FUZIL	12	U
21	CORTADOR P/ ALGEMA DESCARTÁVEL	12	U
22	CASE RÍGIDO P/ TRANSPORTE DE EQUIPAMENTOS SENSÍVEIS	12	U
24	TRIPE	2	U

1.5 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

1.6 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.7 Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

1.8 Os itens que compõem os uniformes policiais, tais como: luvas, botas, cintos táticos, mochilas, coldres e capas para plate carrier, não serão abertos para cota de participação (25%) de ME/EEP, em virtude da necessidade de manutenção da padronização da tropa policial, pois empresas diferentes podem vir a oferecer itens distintos relacionados a uma mesma compra. Os demais itens, como lanternas e cases, permanecem com a referida cota de participação.

1.9 O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Polícia Federal, conforme definido no art. 144 da Carta Magna, é órgão permanente que compõe a estrutura da Segurança Pública e tem o dever de fornecer aos cidadãos segurança efetiva e eficaz, sendo responsável pelas funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras e, com exclusividade, pela função de polícia judiciária da União, cabendo-lhe, entre outras atribuições, prevenir e reprimir tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho; apurar as infrações penais contra a ordem política ou social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme.

2.2. Atualmente a Polícia Federal é uma instituição que goza de considerável credibilidade junto à população, sendo uma das principais referências positivas da ação estatal. Porém, a manutenção desses índices de aprovação e confiança passa, necessariamente, por medidas que possibilitem ao policial equipar-se com os equipamentos e uniformes adequados. Como resultado, tal medida propicia, além de segurança para a população no entorno da ação policial, referências positivas acerca das operações desencadeadas pela Instituição, sendo, por conseguinte, preponderante para o sucesso de suas atribuições legais e para o reforço da imagem da instituição junto aos cidadãos que são, na verdade, os grandes destinatários das políticas de segurança pública desenvolvidas pelo Governo Federal.

2.3. A Coordenação-Geral de Repressão a Drogas, Armas, Crimes Contra o Patrimônio e Fações Criminosas (CGPRE), integrante da Diretoria de Investigação e Combate às Organizações Criminosas da Polícia Federal (DICOR/PF), é responsável pela administração de investigações, gestão, ordenação de recursos técnicos, procedimentos e projetos sensíveis de prevenção e repressão ao tráfico ilícito de entorpecentes, armas e crimes patrimoniais, cujos trabalhos são executados no âmbito das Delegacias de Repressão a Entorpecentes (DREs) e Delegacias de Repressão a Crimes Patrimoniais (DELEPATs), inseridas na estrutura das Superintendências Regionais de Polícia Federal em todo o país, inclusive no Estado de Espírito Santo, bem como nas demais unidades estratégicas, tais como os Grupos de Investigações Sensíveis (GISEs), Forças Tarefas de Combate ao Crime Organizado (FTSP) e Serviços de Análise de Dados de Inteligência Policial (SADIP/CGPRE/DICOR/PF).

2.4. A CGPRE/DICOR/PF atua desde o planejamento à execução das operações afetas à área, mantendo um processo de avaliação dos trabalhos e buscando sempre a máxima eficácia nas tarefas onde é necessário o emprego de meios diferenciados e modernos que visam alcançar a integralidade da autoria e materialidade delitiva, bem como garantir a integridade física dos servidores policiais, com equipamentos táticos que possibilitem a execução precisa de suas tarefas operacionais. Além disso, a CGPRE e seus operadores, integrados e capacitados, estão diretamente envolvidos nas operações policiais de riscos diferenciados, que exigem a utilização de armas, equipamentos e técnicas especiais, específicas e fundamentais à sua atuação, incluindo aquelas em ambiente noturno, que exigem equipamentos diferenciados para que não se coloque em risco a vida dos policiais e de terceiros.

2.5. Diante do protagonismo dos policiais federais no combate ao tráfico ilícito de entorpecentes, torna-se imprescindível o uso de materiais especiais e de excelente qualidade para o enfrentamento de situações de riscos relacionados à atividade, sendo, portanto, o apoio logístico indispensável, e em alguns cenários até vital, para o desenvolvimento de investigações e de outras atividades operacionais.

2.6. Como essas equipes devem permanecer em condições de pronto emprego com equipamentos e fardamentos padronizados e eficientes, para que possam operar com o máximo de precisão e segurança, a aquisição dos itens táticos abaixo relacionados permitirá uma atuação mais segura dos policiais durante as operações em que participam, mantendo-os devidamente equipados, e em condições de atender às demandas de apoio à Unidade Central e Descentralizadas da Polícia Federal.

2.7. Dessa forma, destina-se o presente procedimento à aquisição de equipamentos táticos diversos para atendimento das necessidades dos policiais federais que exercem atividades relacionadas à CGPRE/DICOR/PF e demais unidades descentralizadas de todo o país, inclusive aquelas vinculadas a esta Unidade Gestora (SR/PF/ES).

FUNDAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DO PREGÃO INTERNACIONAL - DA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E REFLEXOS NA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO.

2.8. A atividade operacional dos policiais que atuam pela CGPRE é reconhecidamente de risco elevado de vida, tanto para policiais quanto para a população no entorno das ocorrências. Como medida para minimizar tal risco, a doutrina policial adotou a formação de grupos restritos, de elite, em que são concentrados treinamentos e recursos materiais para obtenção de resultados que não admitem erros. As rotinas desses grupos exigem uma série de equipamentos especiais, de alto rendimento e tecnologia, não comumente utilizados pelo contingente em geral. A aquisição desses equipamentos seria proibitiva e desnecessária para a totalidade do efetivo policial. Além da segurança e exatidão nas operações realizadas por esses grupos, seu emprego representa economia de recursos públicos, vez que é possível concentrar treinamento, alta especialização e quantidades menores de recursos humanos e materiais para a obtenção de resultado em eventos críticos.

2.9. Pode-se observar que em pesquisa de mercado e de outras contratações efetivadas por outras unidades táticas policiais semelhantes, que os materiais necessários para fazer frente à criminalidade altamente violenta enfrentada não são, em sua maioria, produzidos em território nacional. Na maior parte dos casos, as aquisições de equipamentos importados são feitas por intermédio de empresas nacionais, que ao comercializar o produto, acabam majorando os preços, em face da tributação que recai sobre o produto importado a qual se soma ao lucro que visa a sociedade empresarial.

2.10. Preocupa a inexistência/caráter restrito do mercado nacional para esses produtos. Ao mesmo tempo, derrubar para um padrão inferior as especificações dos equipamentos fornecidos a esses grupos é ignorar a responsabilidade estatal em prover meios para que seus próprios agentes manejem progressivamente o uso da força em eventos tão delicados.

2.11. Na disciplina das licitações, o Pregão, ao inverter a ordem fase de habilitação/fase competitiva para fase competitiva/fase de habilitação, acabou tornando-se a modalidade de eleição para a aquisição de bens comuns justamente porque sua fase competitiva, ao congrega todos os interessados que antes eram excluídos na fase de habilitação, aumentou o universo de concorrentes. Durante este Estudo Preliminar, observou-se que essa ampliação do rol de participantes é vital para a obtenção do binômio melhores preços/melhores especificações. O que a licitação internacional proporciona é um rol ampliado de competidores. Note-se que a participação de empresas nacionais não se altera e resta garantida sua isonomia por meio da equalização das propostas (Art. 42 da Lei 8666/93).

2.12. A adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, podendo-se citar:

- possibilidade de adquirir equipamentos com tecnologia avançada, sem exclusão de empresas nacionais que atendam às especificações e certificações exigidas, conforme doutrina e critérios técnicos;
- redução do valor do bem a ser adquirido diretamente do exterior, excluindo a margem de lucro de empresas importadoras;
- ampliação da competitividade, pela possibilidade de participação de empresas estrangeiras, o que não exclui a participação de empresas nacionais;
- economia trazida aos cofres públicos, em especial para o orçamento da Polícia Federal, permitindo a aquisição de mais equipamentos com o mesmo orçamento, no caso, de itens não produzidos ou disponibilizados por empresas nacionais.

2.13. Em relação à forma eletrônica, necessário evidenciar que em verdade, as habilitações e cadastros prévios exigidos bem como os certames na forma eletrônica são um grande avanço na sistemática de aquisições do Governo Federal. Essa realidade aplica-se a fornecedores nacionais. Isso porque forma eletrônica exige o cadastro da empresa no sítio de compras do Governo Federal e a chave para tanto é o CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas), o que restringe a participação de empresas internacionais em nome próprio. A alternativa é a participação dessas empresas por meio de um representante nacional habilitado para tal. Outra problemática diz com a efetivação dos lances e equalização das propostas vez que lances em moeda estrangeira não são aceitos para modalidade ordinária do Pregão no sítio de compras governamentais do Governo Federal. Também não há funcionalidade para equalização das propostas, ficando a cargo dos licitantes conhecer da sistemática de tributos que oneram os bens objeto da licitação, o que pode ensejar equívocos a prejudicar o bom andamento da sessão.

2.14. Embora a Polícia Federal tenha utilizado em vários processos anteriores da modalidade Pregão Presencial para certames internacionais, tem-se presenciado a utilização da forma eletrônica nos últimos certames similares realizados. Por este motivo, neste momento, a forma eletrônica, que é a de eleição, será empregada. Como exemplo, da eficiência da utilização da forma eletrônica para Pregão Internacional, citamos procedimento de objeto similar realizado pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro, conforme verifica-se através do processo NUP 08455.024478/2020-41 (protocolo restrito).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, conforme documento SEI 21462049 anexo a este procedimento.

4. CLASSIFICAÇÃO DE BENS COMUNS

4.1. Os itens que compõem o objeto deste Termo de Referência enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº10.520, de 2002, do Decreto nº3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, os quais podem ser escolhidos tão somente com base nos preços ofertados e análise da compatibilidade das especificações técnicas com as exigências do Edital, ainda que sejam oferecidos por diferentes empresas do ramo.

4.2. O objeto pretendido apresenta características amplamente difundidas, possuindo padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais do mercado;

4.3. Por se tratar de bem comum, e visando a ampliação da competitividade e maior economia ao Erário, a modalidade adotada será o **pregão eletrônico para registro de preços** conforme hipótese prevista no inciso III do Art. 2º do Decreto 7892/2013.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 120 (cento e vinte) dias, contados da emissão do empenho/assinatura contratual/emissão de carta de crédito. O que ocorrer por último. A entrega se dará em remessa única ou parcelada nas sedes do órgão gerenciador e participantes conforme quantidades total e mínima designadas pelo órgão gerenciador e participantes. A entrega ocorrerá em dias úteis no horário das 09h às 16h, sendo obrigatório o agendamento prévio com, no mínimo, 72 horas da entrega, para bens provenientes do território nacional, e 20 dias para bens advindos do exterior.

5.2. Os bens serão entregues nos seguintes endereços:

- Coordenação-Geral de Polícia de Repressão a Drogas e Facções Criminosas - Setor Policial Sul, SAIS - Área Especial n.º 07, Lote 23 - CEP 70610-200. Contato para agendamento prévio: AADM Anilton Sena de Oliveira, e-mail anilton.aso@pf.gov.br, tel (61) 99239-6615.
- Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - Rua Vale do Rio Doce, nº 01 - São Torquato, Vila Velha/ES. CEP 29114-105. Contato para agendamento prévio, e-mail robson.rcc@pf.gov.br, tel (27) 3041-8026.

- Coordenação Geral de Administração da Polícia Federal - DMAT/CGAD/DLOG/PF - Nova Sede da Polícia Federal - SCN Quadra 4, Ed. Multibrasil Corporate, Torre C, salas 412 a 415, Asa Norte, Brasília/DF CEP: 70.714-000 - Contado (61) 2024-8123 / 2024-7941, e-mail: dmat.cgad.dlog@pf.gov.br / cortes.ubrc@pf.gov.br.
- Superintendência Regional da Polícia Federal Estado do Amazonas - Av. Domingos Jorge Velho, nº 40 Bairro Dom Pedro II - Manaus/AM - CEP: 69042-470.

5.3. Os bens serão recebidos tanto provisória quanto definitivamente por Comissão Específica, designada pela Autoridade Competente da Contratante, na qual deverá haver, no mínimo, dois integrantes, preferencialmente membros da Equipe que elaborou/aprovou as especificações técnicas, com objetivo de verificar sua conformidade além de um representante da área de material/almoxarifado da Contratante.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Será lavrado o respectivo Termo de Recebimento Provisório, circunstanciado, assinado pela Comissão e pelo preposto da Contratada, indicando todas as características do processo de recebimento.

5.6. O Termo de Recebimento Provisório deverá compor-se das respectivas Notas Fiscais/Faturas Comerciais, ou no caso de importações procedentes de Contratada estrangeira, da fatura pró-forma (proform invoice).

5.7. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório expedida pela Comissão de Recebimento designada pela Autoridade Competente da Contratante, devendo atender as seguintes condições:

5.9. Após finalizados todos os procedimentos alfandegários e de conferência pelo Exército Brasileiro, mediante apresentação de toda documentação aduaneira que a torne desembaraçada junto aos órgãos de fiscalização competentes, caso aplicável;

5.10. Após a verificação da qualidade e quantidade, e mediante apresentação das Notas Fiscais ou Faturas Comerciais (Commercial Invoices) e extratos das Declarações de Importação – DI, do respectivo Certificado Internacional de Importação – CII, conforme a situação aplicável ao fornecedor.

5.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.1.7. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6.1.8. Designar formalmente os fiscais do Contrato, por intermédio de Comissão Especial, formada por servidores da área técnica e administrativa, na forma do Art. 67 da Lei n.º 8.666/93 e alterações;

6.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, concernentes ao objeto do Contrato.

6.1.10. Comunicar oficialmente à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constantes nos equipamentos, para que sejam dotadas as medidas corretivas necessárias.

6.1.11. Sustar, rejeitar, mandar fazer ou desfazer qualquer objeto que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas, no todo ou em parte.

6.1.12. Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeitos durante sua entrega e utilização.

6.1.13. Manter contato com o preposto da licitante contratada, visando assegurar a prestação do fornecimento de forma eficiente e na forma do contratado.

6.1.14. Quando se tratar de produto controlado e restrito, a Contratante solicitará junto ao órgão competente do Ministério da Defesa, o Certificado Internacional de Importação, nos termos do art. 51 do Decreto 5.123/2004, em nome da Contratante, como Importador e da Contratada, como exportador, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil.

6.1.15. Fornecer à Contratada todas as informações e documentos necessários ao desembaraço alfandegário, caso seja necessário.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal ou invoice, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

7.1.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português brasileiro e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

7.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.4. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.5. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 7.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.7. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 7.1.8. São de exclusiva conta e responsabilidade da Contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis que integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, as obrigações constantes deste item.
- 7.1.9. São obrigações gerais da Contratada, entre outros aspectos:
- 7.1.10. Responsabilizar-se pelos danos causados a qualquer agente, os quais sejam provenientes de falha no funcionamento, redução em níveis de proteção ou segurança, de problemas funcionais apresentados em decorrência de alteração e/ou falha de projeto, de alteração da destinação ou finalidade dos equipamentos que vise adaptar, reduzir custo, ou auferir lucro indevido, seja por culpa ou dolo, sujeitando-se às sanções legais vigentes.
- 7.1.11. Acatar as exigências, decisões e observações feitas pela Contratante, relativamente ao fornecimento dos bens, sujeitando-se à sua ampla e irrestrita fiscalização, nos limites do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas.
- 7.1.12. Executar fielmente o fornecimento, entregando o objeto contratado nas condições, prazos e quantidades pactuadas, de acordo com as exigências constantes no Termo de Referência, Edital e proposta comercial, sem ônus adicionais para a Contratante.
- 7.1.13. Não transferir, no todo ou em parte, a prestação dos serviços de garantia do objeto da contratação, exceto com a expressa autorização da Contratante.
- 7.1.14. Comunicar à Administração, por escrito, irregularidade ocorrida ou observada durante o fornecimento, ou ainda qualquer anormalidade de caráter urgente.
- 7.1.15. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Contratante referentes ao objeto desta licitação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.
- 7.1.16. Manter, durante o período de vigência do Contrato, todas as condições que ensejaram a sua contratação, particularmente no que tange à capacidade técnica, operativa e à regularidade fiscal, podendo a Contratante, a qualquer tempo, exigir a comprovação destas condições.
- 7.1.17. Orientar seus funcionários a manterem sigilo sobre fatos, atos, dados ou documentos de que tome conhecimento e que tenham relação ou pertinência com a Polícia Federal, durante e após a entrega dos bens, e que o descumprimento sujeitará o infrator à aplicação das sanções civis e penais cabíveis.
- 7.1.18. Manter preposto, aceito pela Contratante, durante a vigência do contrato, para representá-la administrativamente, prestar assistência técnica autorizada no Brasil quando solicitado e cumprir a garantia de fábrica do objeto do contrato, sempre que for necessário, e após tal período, para aquisição e reposição de peças e acessórios.
- 7.1.19. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com o parágrafo primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93.
- 7.1.20. Comunicar à Contratante imediatamente após o conhecimento de qualquer problema, modificação de projeto, regras de uso e/ou segurança envolvendo o equipamento em questão;
- 7.1.21. Prestar os serviços dentro das normas técnicas preconizadas pelo fabricante do equipamento.
- 7.1.22. Repor, trocar, substituir, recolher, transportar para a origem/destino e vice-versa, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, às suas exclusivas expensas, no total ou em parte, os equipamentos em que se verificarem fornecidos com erros, fora do padrão exigido, defeituosos, incorretos, decorrentes do fornecimento prestado, incluindo os fatos advindos de seus terceirizados contratados, a contar do recebimento da comunicação expedida pela área competente da Contratante;
- 7.1.23. Estar o objeto devidamente certificado pela área fiscalizadora de produtos controlados, nos casos em que os objetos tenham essa obrigatoriedade, nos moldes estabelecidos pela Lei nº 10.826/03 e Decreto 3.665/00.
- 7.1.24. Escolher, contratar e pagar os honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro (despachante), que prestará assistência à Comissão de Recebimento da Contratante para o desembaraço aduaneiro, no caso de empresa ou sociedade estrangeira que não funcione no Brasil, caso seja necessário, por conta, risco e responsabilidade da empresa que representar o(s) proponente(s) estrangeiro(s) no Brasil.
- 7.1.25. Responsabilizar-se por todo auxílio necessário ao Despachante Aduaneiro ou Comissão designados pela Contratante, devidamente credenciado perante o Sistema de Comércio Exterior – SISCOMEX, para o efetivo desembaraço alfandegário junto aos órgãos aduaneiros e demais órgãos governamentais que possam estar envolvidos no processo de regularização de entrada do objeto desta licitação no país, cuja a responsabilidade pela escolha, contratação e pagamento dos honorários da empresa Comissária de Despacho Aduaneiro ("Despachante"), correrá exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da empresa que Contratada.
- 7.1.26. Entregar manuais, acessórios, certificados, instrumentos e ferramentas, e ministrar treinamentos conforme especificados neste Termo de Referência.
- 7.1.27. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, inclusive, com pessoal utilizado na execução do fornecimento ou na prestação dos serviços de assistência técnica no Brasil, que não terá qualquer vínculo empregatício com a Contratante.
- 7.1.28. Responder por todos e quaisquer ônus referentes ao fornecimento do objeto do contrato, tais como fretes, impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas e civis, treinamento, decorrentes do objeto do presente contrato, renunciando expressamente qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Contratante.
- 7.1.29. No momento da assinatura do contrato, fornecer relação de preços, para todas as peças do equipamento e seus acessórios, para os serviços de assistência técnica, e outros mais que julgar pertinente, discriminando-os.
- 7.1.30. Para bens oferecidos do exterior, através de importação direta em nome da Contratante, a se processar com imunidade tributária com amparo no art. 150, VI, alínea a, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, caberá ao licitante vencedor apresentar, até 2 (dois) dias úteis subsequentes ao da adjudicação no Pregão, a Proform Invoice, contemplando os valores corrigidos a menor, em virtude dos lances ofertados, com os dados bancários, de modo a viabilizar o procedimento de importação e de pagamento no exterior.
- 7.1.31. Retirar das dependências da Contratante, os equipamentos porventura impugnados pela comissão de recebimento, sendo expressamente proibido manter quaisquer equipamentos que não satisfaçam as especificações.
- 7.1.32. São Obrigações Operacionais da contratada, entre outros aspectos:
- 7.1.33. Utilizar somente peças, materiais e acessórios originais, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens do mercado paralelo ou de outra procedência, sem expressa e prévia autorização da Contratante.
- 7.1.34. Fornecer à Contratante toda a documentação técnica necessária para a perfeita administração e/ou acompanhamento do Contrato.
- 7.1.35. Informar a Contratante qualquer alteração dos manuais, características técnicas do produto (peças, resistência, condições de uso, possibilidade de falhas, etc) ou outras alterações que influenciem no uso/manutenção/segurança do produto e/ou seus usuários.
- 7.1.36. 6.5. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

8. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 8.1. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá apresentar seu plano de gerenciamento de resíduos sólidos, aprovado pela autoridade competente, bem como apresentar responsável técnico devidamente habilitado.

- 8.2. São proibidas, à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- 8.3. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- 8.4. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- 8.5. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- 8.6. outras formas vedadas pelo poder público.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.2. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O Pagamento será realizado segundo o regulado pela Receita Federal do Brasil e diretrizes das Políticas Monetária e de Comércio Exterior, conforme o caso, após apresentação das Faturas, Nota Fiscal ou Proforma Invoice e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Comissão de Fiscalização, observado o disposto no item relativo ao controle da execução, o artigo 42, caput e §3º, da Lei nº 8.666, de 1993, a Lei nº 4.320/64 e, ainda, a Lei n. 10.192/01 c/c o Decreto-Lei n. 857/69, na seguinte forma:
 - 12.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
 - 12.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento ou documento equivalente.
 - 12.1.3. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA BRASILEIRA (Real), o pagamento será realizado por meio crédito em conta bancária; situação em que o proponente deverá fornecer todas as informações para a emissão da respectiva ordem de pagamento e/ou crédito documentário, conforme o caso, pelo banco emissor (issuing bank).
 - 12.1.4. PARA O CASO DE PROPOSTA DE PREÇOS EM MOEDA ESTRANGEIRA (Dólar Americano ou Euro), o pagamento poderá ser efetuado por meio de crédito em conta Bancária ou Carta de Crédito Internacional emitida pelo BANCO DO BRASIL (a depender dos termos da proposta do licitante vencedor-opção pela Carta de Crédito ou crédito em conta) ou por outra instituição financeira indicada pela Contratante que ofereça operacionalização e/ou a relação de custo mais vantajosa dada pelo binômio taxa de câmbio mais taxa de emissão e garantida por banco de primeira linha indicado pelo Licitante, nos termos da legislação em vigor, cuja validade corresponderá ao prazo de entrega do objeto licitado e sua liberação para pagamento ocorrerá mediante comunicação a ser feita ao emissor, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Contratante.
 - 12.1.5. O contratado, fornecedor estrangeiro ou nacional, poderá optar por qualquer uma das duas modalidades de recebimento exemplificadas no itens 11.2 e 11.3.
 - 12.1.6. Todas as despesas referentes à emissão de ordem de pagamento e/ou abertura de crédito documentário junto ao Banco do Brasil S/A, ou a outra instituição financeira indicada pela Contratante (abertura, aviso, negociação e demais despesas decorrentes), serão custeadas pela CONTRATADA, oneram e devem constar de modo discriminado em sua planilha/proposta de preços. Tais valores serão suprimidos do valor principal a ser pago pela Administração, posto que serão aplicados na emissão da Carta de Crédito. Caso o valor previsto para a emissão seja maior que o valor efetivamente empregado na emissão, o excedente não será revertido a crédito da CONTRATADA.
 - 12.1.7. Sendo necessária emenda da carta de crédito, como prorrogação ou alteração de condicionantes, as despesas que venham a incidir serão custeadas por quem deu causa à emenda.
 - 12.1.8. O pagamento realizado a licitante brasileira será efetuado em Reais (R\$), e no caso desta oferecer proposta em moeda estrangeira, mediante conversão pela taxa de câmbio, de compra, vigente para moeda estrangeira segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN, Boletim de Fechamento, no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo pagamento.
 - 12.1.9. Todas as operações financeiras serão efetivadas por meio do Banco do Brasil S/A ou por instituição financeira indicada pela Contratante conforme item 11.2 e 11.3.
 - 12.1.10. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 (dez) dias, para fornecedor nacional e estrangeiro no caso de pagamento por simples remessa, e conforme instituição bancária, para fornecedor nacional ou estrangeiro no caso de carta de crédito, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
 - 12.1.11. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, para fornecedor nacional ou estrangeiro por simples remessa, contados a data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993 ou conforme instituição bancária, para fornecedor nacional ou estrangeiro, no caso de carta de crédito.
 - 12.1.12. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
 - 12.1.13. A Nota Fiscal ou Fatura ou instrumento equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
 - 12.1.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
 - 12.1.15. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

- 12.1.16. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.1.17. Antes de cada pagamento ao fornecedor brasileiro, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital bem como identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.1.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, quais sejam:
- 12.1.19. providenciar a sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- 12.1.20. o prazo do inciso anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração;
- 12.1.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 12.1.22. Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à contratada a ampla defesa;
- 12.1.23. Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao Sicafe;
- 12.1.24. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.1.25. No caso da contratada estrangeira, toda a documentação equivalente apresentada na fase de habilitação deverá ter validade quando da realização do pagamento ou apresentação de documentação comprobatória da manutenção das condições de habilitação, sendo que em caso contrário a contratante deverá notificar a contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias corridos, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa da contratada aceita pela contratante.
- 12.1.26. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.1.27. O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Administração.
- 12.1.28. Quando do pagamento, No caso de contratada brasileira, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.1.29. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar
- 12.1.30. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios pagamento VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de atualização financeira diária = TX/365 = 0,06/365 = 0,00016438 TX = Taxa anual de 6%.

- 12.1.31. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de sanção ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária, quando for o caso.
- 12.1.32. Caso haja multa por inadimplemento contratual, esta será descontada da garantia prestada pelo respectivo contratado, caso tenha sido exigida, e se o valor da mesma for superior ao da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração.

13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 14.2. Tratam-se de bens de fornecimento estanque, cuja incidência de defeitos é sanada por meio da troca/substituição dos bens no caso de vícios constatáveis de plano ou na vigência da garantia contratual/técnica. Ademais, as etapas de recebimento provisório e definitivo são filtros aplicados cujo efeito será resguardar a Administração que não pagará pelos materiais recebidos caso constatados inconformes.
- 14.3. A exigência de garantia contratual configura despesa que onera a Contratada e, por conseguinte, o valor dos produtos que serão adquiridos e provoca o desinteresse dos licitantes na medida em que os obriga os a incorrerem em custos e burocracia que se somam ao investimento em insumos e mão de obra para a fabricação e fornecimento dos bens.
- 14.4. Adicionalmente, considerando que este procedimento tem por escopo ampliar a competitividade com a admissão da participação de fornecedores estrangeiros, a exigência de emissão de garantia em território nacional para essas empresas é fator sabidamente desestimulante e complicador de sua participação e poderá anular os esforços envidados para promover a ampla competição.
- 14.5. Interessa à Administração a ampliação da competitividade. Por meio da concorrência obtém-se os melhores preços. Na vigência da proteção dada pelo sistema de recebimento e garantia contratual dos bens, a exigência de garantia de execução, no caso, configura-se como medida que onera os fornecedores sem prover contrapartida em proteção para a Administração, razão pela qual é dispensada.

15. DA GARANTIA TÉCNICA/CONTRATUAL DOS BENS

- 15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é definido no Caderno de Especificações Técnica (Anexo II do Edital) ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. A garantia exigida foi estipulada conforme pesquisa de mercado e expectativa de durabilidade razoável dos bens versus frequência de uso.
- 15.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

- 15.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 15.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 15.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 15.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 15.7. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, para reparos efetuados com peças disponíveis no mercado interno e 30 (trinta) dias úteis para reparos que dependam de peças disponíveis apenas no mercado externo, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 15.8. No caso do equipamento necessitar de emissão de Certificado de Importação e autorização da DFPC, o prazo será de 45 (quarenta e cinco) dias úteis a contar da emissão dos documentos necessários para importação dos mesmos.
- 15.9. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 15.10. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 15.11. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 15.12. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 15.13. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 16.2. inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.3. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.4. fraudar a execução do contrato;
- 16.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 16.6. cometer fraude fiscal.
- 16.7. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções
- 16.8. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 16.9. multa moratória de 0,5% (cinco décimos) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- 16.10. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.11. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 16.12. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.13. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 16.14. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 16.15. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 16.16. As sanções previstas nos subitens 15.2.1, 15.2.5, 15.2.6 e 15.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.17. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.18. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.19. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.20. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.21. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.22. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.23. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.24. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.25. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.26. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.27. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.28. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.29. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

17.1. O valor máximo aceitável dos itens consta do Item 1 deste Instrumento

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. As aquisições correrão à conta de recursos orçamentários provenientes do orçamento do órgão ou mediante convênio, termo de doação ou instrumento congênere e serão designados quando da efetiva aquisição conforme Sistema de Registro de Preços.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE CAMPELO DE BARROS, Delegado(a) de Polícia Federal**, em 05/07/2022, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE LUCIANO AUGUSTO, Agente de Polícia Federal**, em 06/07/2022, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO CARNEIRO DA SILVA, Agente de Polícia Federal**, em 08/07/2022, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23923801** e o código CRC **2B281AF7**.